

“Vamos Sair do Bolo com a Nave *Ace*” – Notas Etnográficas sobre Visibilidade Política da e na Assexualidade no Ciberespaço¹

Giórgia de Aquino Neiva

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social –

Universidade Federal de Goiás (PPGAS/UFG/Brasil)

E-mail: giorgianeiva@gmail.com

Resumo

Há grupos de pessoas, cada vez mais expressivos e numerosos no ciberespaço, que se autoidentificam como assexuais (categoria êmica para se referir à orientação sexual chamada assexualidade e que significa, em linhas gerais, pessoas que não tem interesse de praticar relações sexuais com outrem) e se organizam na internet em fóruns, blogues e mídias sociais com o propósito de construir conhecimentos sobre assexualidade, adquirir visibilidade política e conquistarem despatologização do termo nas áreas médicas, pois a falta de interesse sexual os colocam automaticamente na lista dos distúrbios sexuais, de acordo com a bibliografia especializada da assexualidade no que se à medicina – que confere anormalidade ao tema, especialmente porque se baseia em padronizações hegemônicas. A patologização sexual serve para impor um modelo único de vida, hegemônico e heterossexual, acarretando consequências sociais para quem não se enquadra nesse modelo, uma vez que os corpos sexuais e assexuais estão inseridos em processos históricos de classificação, intervenção e significação. Dessa forma, o objetivo desse trabalho é refletir uma das questões que desenvolvo no curso de Doutorado em minha pesquisa sobre movimento político da e na assexualidade em ciberespaços. A internet é o grande palco no que se refere à política de visibilidade entre assexuais, posto que desde o início dos anos 2000 com a criação da Rede de Visibilidade e Educação sobre Assexualidade (AVEN - *Asexuality Visibility and Education Network*), nos Estados Unidos, outros fóruns foram abertos para a fomentação do debate e as dinâmicas políticas e identitárias dessa orientação sexual. No entanto, o fato das pessoas assexuais se organizarem em grupos via internet, especialmente por causa da facilidade em unir, reunir e debater ideias em comum, programar encontros presenciais, encontrar pares, desabafar anonimamente, adquirir e produzir conhecimentos, não determina que a identidade seja vivida apenas no virtual. Por isso mesmo que o campo internético tem sido fortuito para essas “saídas do bolo”. “Sair do bolo”, dessa maneira, é um termo cotidiano entre interlocutores e interlocutoras que manteve contato constante e está intimamente ligado ao termo sair do armário, tão bem dissertado por Sedgwick (2007) em *A Epistemologia do Armário*. Sendo assim, as questões que coloco para essa reflexão são: esse movimento social tem conseguido

¹ Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

ressignificar o sentido de patologização dado pelas áreas médicas com o ativismo realizado no ciberespaço? Como acontece esse ativismo no ciberespaço? E, por fim, como é agenciado por eles e elas a “saída do bolo” em espaços online e offline?

Palavras-chave: Assexualidade; Ciberespaço; Movimento Social.

1. INTRODUÇÃO

Os dados aqui explorados são de minha pesquisa, em processo de finalização de escrita da tese, de caráter qualitativo e etnográfico no curso de Doutorado, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás (PPGAS – UFG), onde estudo as relações implicadas entre identidade, movimento político e a produção discursiva de categorias e convenções sexuais no que se referem aos sujeitos assexuais – categoria êmica para se referir à assexualidade enquanto orientação sexual² e que significa, em linhas gerais, pessoas que abdicam e/ou não tem interesse de praticar relações sexuais com outrem.

Durante o trabalho de campo, de 2015 a 2017, fui apresentada também para categorias identitárias chamadas de subclassificações da assexualidade, que são conceitos identitários criados pelos(as) assexuais para definir diferentes experiências vivenciadas por eles e elas. As subclassificações são: assexualidade estrita (ou ace estrito/a), demissexualidade e gray-A, porém na impossibilidade de tratar exaustivamente todas as identidades nos limites desse texto, tratarei a assexualidade no plural compreendendo que não há maneira de restringi-la ao singular.

Dentre as poucas produções acadêmicas (inclusive, em nível internacional) sobre a temática das assexualidades, é unânime a afirmação de que poucos(as) pesquisadores(as) deram merecida atenção ao assunto. Talvez, isso se deva ao fato de que há uma suposição social que é amplamente difundida nas sociedades ocidentais de que todos os seres humanos possuem desejo sexual e praticam sexo. Gayle Rubin (1993) chama atenção para essa naturalização sobre o sexo, que ao seu ver são raramente questionadas pelas culturas ocidentais. Para a antropóloga (1993, p. 10), “um

² Assexuais justificam o uso do termo orientação sexual porque, para eles e elas, a assexualidade não é uma escolha, tampouco uma decisão racional ou opcional. Além do mais, há reconhecimento científico por áreas sociais e psicológicas de que se trata de orientação sexual.

tal axioma é o essencialismo sexual – a ideia de que sexo é uma força natural que existe anteriormente à vida social e que molda as instituições”. Ou seja, há um certo entendimento de senso comum cultural de que o sexo é eternamente imutável, natural e transhistórico.

Essa suposição atinge, inclusive, estudiosos(as) de diversas áreas que estudam as sexualidades que, em sua maioria, se surpreendem com a ideia de que existem pessoas que não se interessam por práticas sexuais. A bem da verdade, as assexualidades não são interessantes apenas por si mesmas, mas também porque contribuem significativamente para a compreensão mais ampla da construção das sexualidades, que são conceituadas a partir da mesma norma: a heteronormatividade. Isto é, a errônea crença de que todas as pessoas são heterossexuais, gostam de práticas sexuais em relacionamento afetivo-amoroso com sexo oposto, querem casar e ter filhos.

“Distintas e divergentes representações podem, pois, circular e produzir efeitos sociais. Algumas delas, contudo, ganham uma visibilidade e uma força tão grandes que deixam de ser percebidas como representações e são tomadas como a realidade” (LOURO, 2000, p. 12). É o que acontece, por exemplo, com a heterossexualidade enquanto sistema, regime e instituição políticos – como afirmam diversas teóricas e pesquisadoras feministas, sobretudo a partir da segunda onda do movimento feminista. A heterossexualidade não é algo dado pela natureza, mas há o pensamento de que é (WITTIG, 1992). Dessa forma, enquanto norma hegemônica, a heteronormatividade vem ditando e formando conceitos, leis, histórias e culturas.

Como eu disse em outra ocasião, baseada em Judith Butler, há uma sedimentação nas normas no que se referem às sexualidades (e aqui incluo as assexualidades) que produz uma ideia fictícia de que sexo é natural e dado pela natureza, como se houvesse identidades “verdadeiras” (NEIVA, 2014). Butler (2012, p. 198) afirma que “o ‘original’ é uma cópia, e, pior, uma cópia inevitavelmente falha, um ideal que ninguém pode incorporar”. Dessa maneira, as concepções universalistas e essencialistas no que tange à orientação sexual, à sexualidade e ao gênero são equivocadas, porque o mundo da sexualidade humana é bastante amplo e as fronteiras sexuais e assexuais são tênues.

Gayle Rubin (1993) e Michel Foucault (1988), inclusive, afirmam que há uma hierarquização da sexualidade em torno dessa crença e que as sociedades ocidentais

julgam como “boa” a sexualidade que, via de regra, comporta as práticas sexuais entre homem e mulher, em caráter monogâmico, reprodutiva, preferencialmente estável e não-comercial. Qualquer sexo que viole essas regras é “doentio”, “mal”, “patológico” e “anti-natural”. A rigor, o pressuposto da heteronormatividade nas assexualidades vem corroborar com a ideia de que se tratam de abjetos, fora da norma e contra a “natureza”.

Mesmo fora da norma, como afirmei outrora, “as assexualidades são lidas a partir da norma (por isso mesmo que estão fora dela)” (NEIVA, 2017, p. 108). Sendo assim, não foge ao regime poder-saber tão bem descrito por Foucault (1979; 1984; 1986; 1988). A vontade de verdade foi o sistema sobre o qual Foucault mais se debruçou em seus estudos sobre sexualidade, e é o que interessa a este trabalho, uma vez que uma das verdades produzidas pelos discursos de poder – que separam o discurso chamado “verdadeiro” do discurso “falso” – diz respeito às sexualidades dos seres humanos.

(...) O que concerne à sexualidade desde o século XVI até o século XIX; tratar-se-ia de ver não, sem dúvida, como ele progressivamente e felizmente se apagou; mas, como se deslocou e se rearticulou a partir de uma prática da confissão em que as condutas proibidas eram nomeadas, classificadas, hierarquizadas, e da maneira mais explícita, até a aparição inicialmente bem tímida, bem retardada, da temática sexual na medicina e na psiquiatria do século XIX (FOUCAULT, 2011, p. 61).

Na esteira dessas reflexões, Michel Foucault propõe que a sexualidade deve ser entendida enquanto um dispositivo histórico de produção de categorias, discursos e identidades, surgidos a partir do século XVII no chamado mundo ocidental. Para o filósofo, a partir de então, “no espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais” (FOUCAULT, 1988, p.10). Não é difícil perceber, com isso, que o destino foi a segregação e a exclusão social daqueles e daquelas que não fazem parte desse reconhecimento social.

Desse modo, as assexualidades, ainda que se abduque de realizar práticas sexuais, se inserem em um conjunto de regras e de normas sociais mais amplas. Portanto, talvez seja válido pensar também o lugar das assexualidades enquanto produtoras de conhecimentos nessas relações de poder. No sentido de que Foucault (1979; 1988) alerta para a ideia de que poder também gera produção. Ou seja, inseridos/as no dispositivo de conhecimento sobre sexualidade, certamente assexuais

também produzem socialmente uma certa noção de sexo/sexualidade e são invisibilizadas(os) porque não garantem o que as relações heterossexuais podem garantir: a reprodução, o parentesco, a organização social.

A socióloga norte-americana Kristin Scherrer, em 2008, publicou alguns dados de sua pesquisa sobre essa temática que se aproximam bastante de resultados que obtive em minha pesquisa sobre assexualidades no Brasil. Segundo a socióloga, “*asexual identities have a complicated relationship with essentialist notions of sexuality*”³ (SCHERRER, 2008, p. 07). Isso porque, se, por um lado, sujeitos assexuais utilizam noções essencialistas para legitimarem a assexualidade como uma orientação sexual, por outro lado, esses mesmos sujeitos assexuais contestam o essencialismo biológico de que todos os seres humanos praticam sexo e buscam, assim, despatologização pelas áreas biomédicas.

Dessa forma, Scherrer (2008, p. 07) afirma que “*an essentialist notion of asexuality then, may be strategically useful to individuals who wish to be recognized as legitimately asexual*”⁴. Ela assegura tal proposição porque sujeitos assexuais também se valem de certo essencialismo biológico na luta política quando afirmam que a falta de desejo delas e deles por sexo é uma característica natural e que acontece desde que nasceram. Sendo assim, as questões que coloco para essa reflexão são: o movimento político assexual tem conseguido ressignificar o sentido de patologização dado pelas áreas biomédicas com o ativismo realizado no ciberespaço? Como acontece esse ativismo no ciberespaço? E, por fim, como é agenciado por eles e elas a “saída do bolo” em espaços online e offline?

2. METODOLOGIA

A coleta de dados de minha pesquisa foi feita tanto em âmbito presencial (nas cidades brasileiras Brasília/DF, Goiânia/GO e São Paulo/SP) quanto em nível

³ “Identidades assexuais têm uma relação complicada com as noções essencialistas de sexualidade” (Tradução livre minha).

⁴ “Uma noção essencialista de assexualidade, então, pode ser estrategicamente útil para indivíduos que desejam ser legitimamente reconhecidos enquanto assexuais” (Tradução livre minha).

internético – em um fórum de discussões sobre identidades assexuais em que fui autorizada a realizar a pesquisa chamado Fórum Comunidade Assexual (de sigla A2⁵) e, para tanto, utilizei como metodologia a observação participante, a realização de entrevistas semiestruturadas e questionário semiaberto aplicado por meio do *Google Form* entre participantes que (1) topassem responder à pesquisa de maneira voluntária, (2) se autodenominam assexuais (ou subclassificações da assexualidade), (3) nacionalidade brasileira e/ou moram no Brasil, (4) acima de 18 anos, uma vez que estabeleci também como critério metodológico a distinção de idade por motivos éticos, uma vez que realizar pesquisas sobre sexualidades com menores de idade é necessária a anuência dos pais e/ou responsáveis, e muitas vezes, a família não tem conhecimento da orientação sexual de seus/suas filhos/as.

Ainda sobre a idade, busquei restringir a faixa etária entre 18 a 40 anos, porque não quis me afastar de tempo geracional que pode ser chamado de juventude e início da vida adulta, posto que não quis me ater à fase da vida em que é relativamente comum a ausência de prática sexual, como acontece no processo avançado de envelhecimento e também porque no decorrer do trabalho de campo pude perceber que majoritariamente a faixa etária do público do sítio/fórum em que realizei o estudo se localiza nesse tempo geracional, com mínima ocorrência de pessoas mais velhas.

Não posso deixar de citar, em caráter especial, que me obriguei a consultar uma grande quantidade de debates no Fórum A2 datados de 2009 a 2014, período anterior à minha entrada no curso do Doutorado, para resgatar informações úteis e coerentes aos meus primeiros passos com temática da assexualidade. Os registros escritos atuaram com vantagens e desvantagens no processo de entrada em campo. Por um lado, aproveitei da vantagem que pesquisas em documentos e fontes escritas oferecem. Ou seja, “reduzem as distorções devidas às interpretações pessoais, possivelmente contaminadas pela subjetividade e por falha na memorização dos fatos” (PARAÍSO, 1994, p. 43). Em outro aspecto, não participei das discussões no momento em que aconteciam. Todavia, em que pese a tradição da antropologia quanto ao “estar lá”, me soou impossível ignorar a história construída no fórum até aquele momento. De maneira que me muni da metodologia utilizada por historiadores(as) no que se refere aos registros documentais. Tratei os debates de anos anteriores enquanto documentos e

⁵ O Fórum também tem um grupo no *whatsapp* e faço parte dele.

registros históricos. Obtive, assim, alguma vantagem nesses relatos, porque “a tradição do ‘presente etnográfico’ não nos dá a dimensão histórica da realidade vivida por um determinado grupo” (PARAÍSO, 1994, p. 42).

Outro aspecto que me fora bastante útil nessa metodologia diz respeito ao fato que me serviu para mapear as pessoas que estão no fórum desde a sua abertura, podendo entrar em contato com as “fontes históricas” – como foi feito por mim – sobretudo para entender melhor um ponto em que exploro em minha tese: a visibilidade identitária e política. Sem contar que, e esse ponto é muito importante, foram os próprios sujeitos assexuais que fizeram esses registros escritos, de forma que a fonte escrita não estava contaminada por terceiros escrevendo sobre eles e elas. Eram/são eles e elas escrevendo e representando a si mesmos(as). Dessa maneira, se “no caso das fontes documentais, somos obrigados a questionar, de forma consequente, seus autores e seus conteúdos, temos que nos preocupar com quem escreveu, mas também por que escreveu” (PARAÍSO, 1994, p. 44 – grifos da autora), no que tange à minha pesquisa trata-se de registros produzidos pelas próprias pessoas que se autoidentificam enquanto assexuais.

De todo modo, é preciso ressaltar que estava tratando os debates antigos como documentos a serem explorados, mas os membros do fórum, não. De maneira que esses arquivos estavam dispostos sem a organização exigida pela metodologia da história documental, o que tornou boa parte da busca bastante onerosa e, por vezes, caótica e cansativa. Outra dificuldade que me dispus a enfrentar é que alguns debates datados de anos anteriores ao início de minha pesquisa são vez ou outra retomados em momentos atuais – o que me demonstra, portanto, que os assuntos explorados não são nunca inteiramente saturados.

Se o aspecto da organização sem qualquer sistematização se mostrou como uma dificuldade (PARAÍSO, 1994; LERNER, 2005), uma vez que o processo de constituição de acervo não respeitou o sistema de catalogação e indexação enquanto processo classificatório por excelência, o fato de ter a abertura para retomar algumas questões se configurou em uma facilidade de que lancei mão em alguns momentos oportunos e de complementariedade do trabalho de campo.

Sendo assim, também fez parte da metodologia de pesquisa a análise de discursos a partir das redes formadas por meio da técnica em cadeias (amostra em bola de neve – *snowball sampling*), que nesse estudo atuou como ferramenta complementar

para obtenção de material e dados. Como a pesquisa é qualitativa, a “amostragem em bola de neve mostra-se como um processo de permanente coleta de informações, que procura tirar proveito das redes sociais dos entrevistados identificados para fornecer ao pesquisador com um conjunto cada vez maior de contatos potenciais” (VINUTO, 2014, p. 205).

Em um último ponto da metodologia, percebi logo no início de minha entrada em campo que assexuais não consideram que assexualidade seja celibato ou abstinência.

Abstinência é a escolha deliberada de não se envolver em atividades sexuais, enquanto o celibato se refere a uma pessoa que, por escolha própria, evita atividades sexuais e o casamento (ou a vida junto à outra pessoa). Tais escolhas podem ser feitas por razões religiosas, filosóficas, morais, entre outras (WIKIHOW, 2018).

Diante do exposto, como condição metodológica exclui da pesquisa pessoas que vivem sem práticas sexuais por essas questões acima e não me aludo aos que decidem seguir suas vidas sob a égide do celibato e da abstinência sexual por motivos pessoais. Mas, vale dizer que celibatárias(os) são pessoas que podem ter atração sexual, mas por opção evitam contatos sexuais com outrem. Assexuais não são celibatários/as, mas não posso afirmar que alguns/mas celibatários/as não sejam assexuais.

3. VISIBILIDADE POLÍTICA DA E NA ASSEXUALIDADES NO CIBERESPAÇO

A utilização por parte de sujeitos assexuais das mídias digitais ocupa espaço privilegiado para alcançar o objetivo de formar grupos e debater o tema no coletivo destacando o uso das tecnologias de comunicação para o engendramento e o avanço das perspectivas e lutas políticas. Seguindo esse entendimento, almejo nesse artigo aprofundar a discussão que interlocutores e interlocutoras fazem sobre as pautas políticas do grupo, bem como compreender os modos de agenciamento e autonomia que utilizam para os enfrentamentos necessários visando conquistas de espaço, visibilidade e direitos. Segundo Butler (2018), quando corpos se unem em espaços públicos⁶ estão

⁶ Entendo que fóruns internéticos, blogs, comunidades online também são espaços públicos, posto que são acessíveis a maioria.

exercendo o direito de instaurar os corpos no campo político e, assim, criam condições para ação em conjunto e no coletivo.

Outrossim, os corpos heterogêneos e plurais se unem em aliança e luta política quando necessitam reivindicar no público direitos civis distribuídos de maneira desigual. Porquanto, os corpos se reúnem pelo exercício do direito de aparecer, de se mostrar e de se tornar visível. Sendo assim, entre sujeitos assexuais, essa demanda comparece sobremaneira no ciberespaço.

No trabalho de campo, foi notório observar a intenção desses sujeitos em contestar, revisar e reescrever narrativas em que estabelecem parâmetros de subjetivação e questionamento sobre as matrizes assimétricas que fazem parte do repertório cultural das sociedades ocidentais contemporâneas no que se refere às culturas naturalizadas sobre sexualidades. Sem dúvida alguma, o movimento feminista protagoniza a possibilidade dessa contestação, posto que as feministas foram pioneiras no questionamento de naturalizações sociais quanto à reprodução, gênero e opressão sobre as mulheres. Ademais, a propagação em mídias digitais, emissoras de televisão, em textos na internet, das estratégias e dos discursos do movimento feminista na atualidade propicia criações de espírito crítico em outros nichos compostos por minorias e isso auxiliou na produção dos discursos contra-hegemônicos formulados por sujeitos assexuais.

Portanto, ressalta-se que tais sujeitos criticam a ideia de existirem normas culturais pré-estabelecidas que constituem muros engessados do que é saúde e do que é doença (normal x anormal) para os saberes ocidentais biomédicos que influenciam e, por vezes, determinam a maneira de ser e de estar no mundo. Essa tem sido também tarefa de outros grupos minoritários, como por exemplo a luta política de sujeitos transexuais que criticam esses saberes (BENTO, 2004).

Dessa forma, tão logo entrei em contato com meu campo no início do curso de Doutorado em 2015, observei que os debates (datados desde a criação da Comunidade A2) giravam em torno de demandas políticas por reconhecimento da assexualidade (incluindo as subclassificações) como orientação sexual ao lado da heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade (orientações sexuais reconhecidas) e, conseqüentemente, despatologização do termo e conceito nas políticas identitárias das sexualidades.

A quinta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) se refere a dois transtornos que seus conceitos são similares ao conceito da assexualidade. A saber, os chamados *Transtorno do Interesse/Excitação Sexual Feminino* e *Transtorno do Desejo Masculino Sexual Hipoativo*. Esses transtornos são descritos com diferenciação de gênero, porém, devido ao espaço, não adentrarei nesse ponto nesse artigo.

Em linhas gerais, o *Transtorno do Interesse/Excitação Sexual* se refere a “ausência ou redução significativa do interesse ou da excitação sexual” (DSM-5, 2014, p. 433). Já o *Transtorno do Desejo Sexual Hipoativo*, é definido pelo DSM-5 (2014, p. 441) como “pensamentos ou fantasias sexuais/eróticas e desejo para atividade sexual deficientes (ou ausentes) de forma persistente ou recorrente”. O primeiro critério para o julgamento clínico de ambos transtornos é “os sintomas persistem por um período mínimo de aproximadamente seis meses” (DSM-5, 2014, p. 441). Ou seja, uma pessoa que, em um período de seis meses, apresentar deficiência ou ausência de excitação sexual, de pensamentos e fantasias sexuais pode ter esses transtornos, segundo a literatura especializada da biomedicina. E o Manual ainda acrescenta: “tanto o desejo baixo/falta de desejo para o sexo como a deficiência/ausência de pensamentos ou fantasias sexuais são imprescindíveis para o diagnóstico” (DSM-5, 2014, p. 441).

Jane Russo (2004) destaca que, ao referir-se “deficiência de fantasias” ou “baixo desejo”, os manuais da medicina e da psiquiatria (propriamente dito) sugerem que existe um nível “normal” de fantasias e desejos no ser humano. Logo, não é difícil fazer essa matemática, quem não está nesse nível “normal” estabelecido pela medicina e psiquiatria, é doente ou pode vir a ser doente/anormal. Segundo Elizabete Oliveira (2014), como a assexualidade é caracterizada pela ausência de desejo e/ou atração sexual, isso a coloca automaticamente na lista dos distúrbios sexuais.

Ainda de acordo com Oliveira (2014), o movimento político-internético assexual norte-americano, proposto pela *The Asexuality Visibility and Education Network* (Rede de Visibilidade e Educação sobre Assexualidade – sigla AVEN), criada no início dos anos 2000 por David Jay, tem atuado em conjunto com membros da Associação Americana de Psiquiatria (APA) para que a descrição no DSM-5 seja alterada, pois para o movimento, a falta de interesse por sexo não deve ser considerada necessariamente como *Disfunção Sexual*, uma vez que muitas pessoas vivem muito bem sem sexo.

Para todos(as) interlocutores e interlocutoras da pesquisa que realizo no Doutorado sobre assexualidade perguntei se em algum momento da vida pensaram em procurar médico(a) e/ou psicólogo(a) e psiquiatra porque se sentem desconfortáveis com as ausências de práticas sexuais. Todos/as, sem exceção, me responderam que não! Que não se sentem doentes, nem anormais, nem problemáticos/as, e que a internet trouxe as respostas para o que dizem sentir e viver.

Inclusive, é fala êmica comum entre elas e elas a afirmação de que “quem não precisa de sexo é mais evoluído, porque quem precisa de sexo não evoluiu nos instintos animais”. Alguns(mas), inspirados(as) pela afirmação de que pelo menos 1% da população mundial é assexual, chegam a dizer que “em tempo futuro a tendência é todo mundo nascer assexual”. Nota-se que a maneira como se defendem de acusações e estigmas é trazendo o argumento biológico da necessidade do sexo enquanto instintual.

É claramente perceptível que eles e elas recorrem a certa noção dualista e binária de Natureza x Cultura, donde a natureza é pertencente ao universo dos(as) sujeitos sexuais e a cultura pertence aos/às sujeitos assexuais. Interlocutores e interlocutoras chegaram a me dizer que “sujeitos sexuais agem como animais selvagens, brigam, entram em confrontos e se matam por sexo”.

Não é equivocado entender essa afirmação pelo o que Viveiros de Castro chama de perspectivismo cultural. Para o antropólogo (2015, p. 64), “todos os seres veem (“representam”) o mundo *da mesma maneira* – o que muda é o *mundo que eles veem*”. Já que a ideia de mundo é pluralizada e traz múltiplas posições subjetivas e o trabalho antropológico consiste, também, em relativizar tais posicionamentos, então, “o encontro ou o intercâmbio de perspectivas é um processo perigoso, e uma arte política – uma diplomacia” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 49) ou como Viveiros complementa: “e assim, o que uns chamam de ‘natureza’ pode bem ser a ‘cultura’ dos outros” (IDEM, 2015, p. 53).

Nesse sentido, a política ou a arte diplomática visa pôr em prática o que Velho (2002) nos explica sobre como a antropologia deve observar a alteridade: há muito de familiar no que é significado como exótico e vice-versa. Dessa forma, não é permitido mais à antropologia se contentar somente com o ponto de vista do nativo em seus escritos etnográficos, posto que não se faz mais antropologia sem que pelo ponto de vista do nativo se coloque a própria cultura do(a) antropólogo(a) em perspectiva.

Em certa ocasião de trabalho de campo na cidade de São Paulo/SP, a interlocutora Solange (28 anos, residente de São Paulo, divorciada, bailarina e atriz) falou para mim: “ah, eu sei que você gosta de sexo e isso não muda em nada o modo como te vejo, mas não posso mentir para você que tenho *nojinho* do assunto”. Recordo-me que, posterior a esse encontro, sozinha em uma mesa da cafeteria *Starbucks* em frente ao MASP, na Avenida Paulista, anotei no diário de campo:

a mesma expressão de nojo e espanto que vejo em algumas pessoas quando falo que pesquiso no doutorado sujeitos que abdicam de praticar sexo por parcial ou total falta de interesse e desejo, como se o exótico soasse tão diferente que causa asco, foi a expressão que minha interlocutora fez quando olhou para mim e afirmou que eu sou alguém que pratica sexo (DIÁRIO DE CAMPO, outubro de 2017).

A partir do olhar dela de nojo direcionado a mim (sujeito sexual) percebi como a maioria deve olhar para ela quando ela se posiciona e se autodenomina assexual. Não foi apenas nessa ocasião que recebi tal olhar e chego a dizer que foram incontáveis os momentos em que a expressão de nojo se fez presente. A título de mais um exemplo, em outra oportunidade de trabalho de campo, no ano de 2016, combinei de visitar a Praça da Sé, São Paulo/SP, com a interlocutora Francisca (31 anos, residente de Minas Gerais, fisioterapeuta, gray-A) que estava coincidentemente de férias na cidade e já mantínhamos interlocução via internet. Em determinado momento em que conversávamos sobre a minha pesquisa sentadas em um banco da praça, um rapaz passou por nós e ela teceu o seguinte comentário: “ai credo, que nojo! Você não reparou como ele te olhou? Faltou te comer com os olhos! Nossa, que nojo!”.

Não perdi a oportunidade de indagar o motivo do nojo e ela me respondeu: “não sei como tem gente que gosta de transar. Qual a graça que você vê nisso?”.

Giórgia: Eu vejo graça em sexo e você vê graça em quê?

Francisca: Em bolos! De preferência, de chocolate. Minha maior tentação e perdição! (e, aqui, ela mudou a expressão completamente: do nojo aos olhos brilhando foi um percurso de poucos segundos).

Giórgia: Já notei que um dos símbolos usados por aces é a imagem do bolo. Poderia falar mais sobre o assunto?

Francisca: Bolo é vida! É prazer pornográfico e gastronômico. Não sou a melhor pessoa para falar do símbolo para o movimento político, mas é quase unânime que assexuais preferimos generoso pedaço de bolo ao sexo.

Giórgia: E você sentia esse prazer com bolo antes mesmo de se automear assexual?

Francisca: O bolo é produto de uma grande brincadeira existente nas comunidades assexuais. Como para assexuais, até um pedaço de bolacha de água e sal pode ser melhor que sexo, a comida acabou sendo adotada em brincadeiras sobre a assexualidade porque comer comida é muito prazeroso. Quem não sente fome e quando come não se sente fazendo a melhor coisa do mundo? O bolo de chocolate é aquela coisa que quando você vê na prateleira, seus olhos se enchem de alegria porque o gosto prazeroso é conhecido e unânime. Dizem que o chocolate tem propriedades nutricionais que ativam o cérebro, mas não sei se é verdade.

Giórgia: Essa explicação faz conexão com o que vocês costumam falar “*sair do bolo*”? Qual o sentido dessa expressão?

Francisca: Vou te por em conexão com um amigo do meio para ele te explicar melhor isso de *sair do bolo*, porque ele faz parte do engajamento de visibilidade política da assexualidade. Bom, o que eu entendo é que *sair do bolo* é equivalente à sair do armário. Sabe a expressão sair do armário para dizer qual é a orientação sexual? É isso.

Giórgia: E, nesse sentido, você saiu do bolo?

Francisca: Não. Estou dentro do bolo, embolada na massa de quem não vê muita necessidade de se explicar. Hoje, consigo enxergar melhor a importância de *sair do bolo*, mas ainda não é para mim.

FIGURA 01 – Comparação entre sexo e bolo⁷

SEXUAL	ASSEXUAL
sexo	um pedaço de bolo
ménage à trois	um bolo inteiro
suruba	bolo, mousse, pudim, brigadeiro

Fonte: site www.assexualidade.forumeiros.com

Com o diálogo descrito acima, é possível elucidar aspectos importantes para o entendimento do movimento político na e da assexualidade. Desde o início do trabalho de campo no Fórum A2, que percebi que a utilização do bolo é um meio de desejar

⁷ Nota-se, aqui, que assexuais estabeleceram uma equivalência bem-humorada do que seria “prazer e tesão sexuais” seguindo critério quantitativo a partir do bolo e de misturas de doces.

boas-vindas aos(às) novos(as) membros do sítio. No que se refere ao Fórum Comunidade Assexual A2, notei que minha presença foi bem aceita quando recebi algumas imagens de bolo de alguns(mas) membros após ter feito meu cadastro e ter aberto um tópico para me apresentar. A imagem do bolo é usada sempre que uma pessoa nova ingressa no Fórum, mas não somente isso. O tamanho do bolo varia mediante a simpatia dos membros pelo novo ou nova integrante. Por esse nível de decodificação, entendi que houve simpatia a mim nesse momento de boas-vindas.

Entendi que elas e eles dão *um bolo* para quem chega e/ou se aproxima. Em outubro de 2017 esse aspecto do campo se tornou ainda mais explícito para mim quando, em São Paulo/SP, fui recepcionada em campo com bolos. Estive presente em um encontro entre assexuais de diversas regiões do país em detrimento da Semana da Assexualidade, que tradicionalmente acontece anualmente no mês de outubro, e recebi mais de 30 pedaços de bolos dos mais variados sabores. Obviamente, não tive e nem tenho condições de apreciar os bolos que ganhei em sua totalidade, mas deixo mais uma vez meu agradecimento público por recepção *tão prazerosa* no contexto deles e delas.

Nessa situação, muitos(as) seguravam cartazes com os dizeres: “Sexo? Prefiro bolo” e “Vamos sair do bolo com a nave ace”. Achei curiosa a metáfora que uma interlocutora de 20 anos, residente do estado de Santa Catarina, estudante universitária, Gray-A, que chamo aqui de Penélope, me disse nesse contexto: “A gente sempre vai dar um bolo em encontros voltados para transar”. Se por um lado, o bolo é sinônimo de boas-vindas, por outro lado, é também adequado para se falar em ausência, em falta com algum compromisso marcado. A expressão “dar um bolo” pode ser traduzida por “não ir ao encontro”, “furar ao compromisso”. Considero interessante essa metáfora, porque – de alguma maneira – se alia à expressão *sair do bolo*, como expressão paralela a *sair do armário*.

Mas, se nem tudo são flores, então nem tudo são dores. Há flagrante diferença entre *sair do bolo* e *sair do armário*. O bolo, como é julgado por assexuais, é prazeroso, motivo de confraternização e recepção, substituto fiel do sexo e, por vezes, melhor do que práticas sexuais. Já o armário⁸ (SEDGWICK, 2007), até por sua concepção de

⁸ “A imagem do assumir-se confronta regularmente a imagem do armário, e sua posição pública sem ambivalência pode ser contraposta como uma certeza epistemológica salvadora contra a privacidade equívoca oferecida pelo armário” (SEDGWICK, 2007, p. 27).

mecanismo usado para proteção e segurança de minorias, não é prazeroso porque é acionado para resguardar-se de ataques que geram medos e pânicos sociais em população que luta há anos por direitos civis.

Os próprios sujeitos de minha pesquisa constataam que existem diferenças, sobretudo pela maneira que vivem a vida afetiva e relacionamentos conjugais e/ou amorosos. Assexuais não precisam se expor para obtenção de direitos civis fundamentais, não precisam reivindicar direitos matrimoniais, patrimoniais derivados de união estável, direito a demonstração de afeto público, respeito no mercado de trabalho e na educação, direito à cirurgia de adequação, dentre outras pautas políticas específicas da população LGBTTT⁹.

Aqui, não ponho em escala ou *ranking* quem sofre mais ou quem sofre menos, quem é mais ou menos marginalizado socialmente. Não é a intenção separar as lutas políticas de maneira estanque e como se as opressões fossem pedagógica e didaticamente separáveis na rotina cotidiana dessas pessoas. Também não quero minimizar o que assexuais sofrem por serem confundidos(as) com doenças e patologias psiquiátricas, bem como pelos julgamentos que sofrem pelo modo de ser e estar no mundo, apenas constatei por via de discursos êmicos e observação participante que o armário para população assexual é um artifício mais confortável e *sair do bolo* é mais prazeroso, ainda que acarrete em problemas nas relações interpessoais de muitos(as).

Também não posso deixar de mencionar que há uma rachadura no movimento político assexual no que se refere a se unir com demais grupos minoritários. Parte do movimento político entende que é importante e benéfico para ambos lados unir e somar forças entre assex e LGBTTT. Contudo, parte significativa defende que é melhor não unir os grupos. O argumento principal de quem defende a união dos grupos é proveniente do entendimento que os preconceitos e estigmas sofridos pelas minorias são originados de matriz patriarcal, heterossexista, racista e socialmente assimétrica.

Em contrapartida, o argumento utilizado por parte do movimento político assexual é a crítica que fazem sobre a sociedade incentivada a ser sexualizada na qual origina todos os preconceitos que suportam. Portanto, não querem atrelar a outros

⁹ LGBTTT sigla utilizada, no Brasil, para a nomeação de sujeitos políticos: Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

grupos a luta assexual por visibilidade e despatologização porque parte do objetivo político é não serem socialmente confundidos com sujeitos sexuais. Dessa maneira, é mais fácil a sociedade refletir sobre a naturalização de que todo ser humano deseja praticar relações sexuais.

Todavia, esse tema nunca foi motivo de desavença entre membros da comunidade assexual no ciberespaço, apesar da rachadura no modo como se mobilizam. Há uma mensagem evidente de respeito à autonomia das pessoas, ou seja, quem quiser unir forças é respeitado, quem não quiser também. Em quase quatro anos de trabalho de campo, não houve uma única vez que essa regra foi quebrada. Assim, o consenso é que cada um(a) decide o que é melhor para si mediante vivências familiares e em outros contextos sociais.

Mantive contato com interlocutores(as) que falam abertamente sobre o assunto para familiares, amigos(as) e colegas de modo geral, participam dos encontros presenciais, fazem diálogos com outros grupos, vão à Parada LGBTT, promovem oficinas de cartazes, debates escolares e se engajam também nas pautas políticas do movimento assexual na internet, nas mídias sociais, dentre outros. Entretanto, parcela considerável de interlocutores e interlocutoras optam por conservar engajamento político desatrelado de outros grupos, se mantêm apenas nos meios digitais, além de tomarem muito mais cuidado com o anonimato e com exposições que proporcionam desavenças no trabalho, na Universidade, em casa e na família.

Desse modo, a dinâmica de *sair do bolo* é diferente de sair do armário. Primeiro, assexuais comunicam sobre assexualidades para os mais próximos no convívio pessoal, se cadastram na internet (a maioria usa anonimato) em grupos de debates sobre o tema e isso não configura *sair do bolo*. Para eles e elas, *sair do bolo* é um termo usado apenas quando há engajamento político; isto é, quando assexuais militam em causa própria publicamente e sem anonimato.

Se por um lado, há quem reivindique o direito de aparecer; por outro, há quem lute pelo direito de não se mostrar. De maneira mais ampla, é claro que assexuais que se mantêm no anonimato colaboram politicamente com debates, opiniões e vivências quando decidem comparecer em grupos internéticos, contudo isso não significa para esses indivíduos que estão *fazendo política e militância*.

Sendo assim, *sair do bolo com a nave ace* significa, em última instância, “levar a comunidade assexual para as ruas, no público e sem anonimato para conquistas de visibilidades e despatologização”. Inclusive, interlocutores(as) sentem imenso orgulho do norte-americano David Jay, fundador da AVEN, que mantém contato com aces brasileiros(as) via Facebook, por ele ser um militante que *saiu do bolo*. A partir de então, percebi que a cada vez que sai uma matéria na mídia sobre assexualidades, por mais equivocada e tendenciosa que seja a escrita, há certa comemoração na comunidade assexual: “a mídia falando da gente é mais fácil provocar curiosidade em leitores para buscarem conhecer mais sobre assexualidade”.

Também percebi que não precisa ser assexual para *sair do bolo* e, por isso mesmo, que os(as) poucos(as) pesquisadores(as) sobre o tema no Brasil funcionamos para eles e elas como militantes também, mesmo que nossos discursos não sejam de militância. O simples fato de vir a público para dividir conhecimento científico sobre assexualidades já é uma maneira de colaborar com a visibilidade da causa.

Compreendi essa relação entre pesquisador(a) – interlocutor(a) quando no ano de 2016, em campo na cidade de Goiânia/GO, me entregaram um pedaço de bolo e me disseram: “bem-vinda à Nave Ace”. Nave é um veículo, um transporte, um meio de locomoção que leva objetos e pessoas para algum destino. Outrossim, a internet também funciona como Nave, pois é o grande palco e veículo no que se refere à política de visibilidade entre assexuais e tem cumprido papel fundamental na exploração de novas e velhas categorias com fins explícitos de tornar compreensível e visível algo que assexuais julgam que é mais corriqueiro do que se imagina. Ou seja, para esses sujeitos, há muitas pessoas assexuais no mundo, elas só não se sentem confortáveis de se pronunciarem enquanto tais. Por isso mesmo, a importância da internet enquanto lugar e veículo tanto propício para o encontro entre essas pessoas, quanto para ações de visibilidade e produção de conhecimento sobre assexualidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENTO, Berenice. Da Transexualidade Oficial às Transexualidades. IN: *Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras*. ORG: Carrara et all. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero – Feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 4ª edição. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2012.

_____. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Tradução: Fernanda Siqueira Miguens; Revisão Técnica: Carla Rodrigues. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

COMUNIDADE ASSEXUAL (Fórum A2). Disponível em: <https://assexualidade.forumeiros.com/>. Acessado em: 20 de junho de 2018. 2018

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979.

_____. *A História da Sexualidade I – A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1988.

_____. *A História da Sexualidade 2 – O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1984.

_____. *A História da Sexualidade 3 – O cuidado de si*. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1986.

_____. *A Ordem do Discurso – Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 21ª edição. São Paulo/Brasil: Editora Loyola. 2011.

LERNER, Katia. Entrevistando sobreviventes do Holocausto: reflexões sobre a construção de um arquivo, *Estudos Históricos*, pag. 75 a 91, jul. A dez.vol.2, n. 36, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In: *O Corpo Educado – Pedagogias da Sexualidade*. Org: LOURO, Guacira Lopes. Editora Autêntica: Belo Horizonte/BH, 2000.

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais [recurso eletrônico]: DSM-5 / [American Psychiatric Association; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento ... et al.]; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ... [et al.]. – 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2014.

NEIVA, Giórgia. *Nas Redes dos Alternativos – Mercado, sexualidade e produção de diferenças na cidade de Goiânia*. Dissertação de Mestrado. Goiânia/GO. 2014.

_____. Quem Precisa de Diagnóstico? Reflexão Antropológica sobre a Despatologização e a Visibilidade Política na Assexualidade. IN: *Gênero, sexualidade e saúde: diálogos latino-americanos*. Org: Camilo Albuquerque de Braz; Carlos Eduardo Henning. Coleção Diferenças – bilíngue – v. 1, p. 178. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2017.

OLIVEIRA, Elizabete Regina Baptista. "Minha vida de Ameba": Os Scripts Sexo-Normativos e a Construção Social das Assexualidades na Internet e na Escola. *Tese de Doutorado*. São Paulo/SP: Editora USP, 2014.

PARAÍSO, Maria Ilda, Reflexões sobre fontes orais e escritas na Elaboração de Laudos Periciais (pag. 42 a 52) in: *A Perícia Antropológica em Processos Judiciais*, EDUFSC/ABA/CPI-SP, Florianópolis. 2014.

RUBIN, Gayle. *Pensando o sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade*. Tradução de Felipe Bruno Martins Fernandes e revisão de Miriam Pillar Grossi. Do original RUBIN, G. *Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality* [1984]. In: ABELOVE, Henry; BARALE, Michèle e HALPERING, David. (eds.) *The Lesbian and Gay Studies Reader*. Nova York, Routledge, 1993.

RUSSO, Jane. Do Desvio ao Transtorno: a Medicalização da Sexualidade na Nosografia Psiquiátrica Contemporânea. IN: *Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras*. ORG: Carrara et all. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SCHERRER, Kristin. Coming to an Asexual Identity: Negotiating Identity, Negotiating Desire. *Sexualities*, v.11, n. 5, p. 621-641, 2008.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A Epistemologia do Armário. *Revista Cadernos Pagu*. Número 28. Páginas 19 – 54. Janeiro-junho de 2007.

VINUTO, Juliana. A Amostragem em Bola de Neve na Pesquisa Qualitativa: Um debate em aberto. *Revista Temáticas*. Campinas/SP. Páginas: 203-220, ago/dez. 2014.

WIKIHOW. Disponível em: <https://pt.wikihow.com/Entender-Pessoas-Assexuais>. Acessado em: 20 de junho de 2018. 2018.

WITTIG, Monique. *El Pensamiento Heterosexual y Otros Ensayos*. Beacon Press, Boston, 1992.